

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA

SENTIDO DE DECISÃO

OFERTA DE REFERÊNCIA DE CIRCUITOS ALUGADOS DA CVTELECOM

Índice

I. ENQUADRAMENTO.....	3
II. APRECIÇÃO E ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS RECEBIDOS	4
a) COMENTÁRIOS GERAIS	4
b) COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS	12
1) O serviço de circuitos alugados	12
2) <i>A regulação do serviço retalhista de circuitos alugados</i>	12
3) A regulação dos mercados grossistas de circuitos alugados	13
4) <i>Prazo para apresentação da oferta de referência de circuitos alugados</i>	16
5) Circuitos Ethernet	16



I. ENQUADRAMENTO

Os circuitos alugados são um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos mercados de serviços de comunicações eletrónicas, induzindo também em grande medida o desenvolvimento das redes de transporte e de acesso em todo o território nacional.

Nos termos do artigo 7.º do Decreto Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro, doravante denominado DL nº7/2005, sempre que ANAC, no exercício das competências previstas na referida lei, pretenda adotar medidas com impacto significativo no mercado relevante, deve publicitar o respetivo projeto, dando aos interessados a possibilidade de se pronunciarem em prazo fixado para o efeito.

O respetivo diploma atribui competências a Agência Nacional das Comunicações (ANAC) para a definição dos mercados relevantes de produtos e serviços, declarar as empresas com poder de mercado significativo (PMS) e impor obrigações regulamentares específicas e adequadas para o funcionamento da concorrência no sector.

O procedimento de definição e análise de mercados foi desenvolvido pela ANAC, e levou ao reconhecimento da não existência de concorrência efectiva em vários dos mercados analisados.

Através das Deliberações nº 05/CA/2010 e nº 01/CA /2011 a ANAC definiu os mercados relevantes e identificou as empresas com PMS no sector das comunicações electrónicas em Cabo Verde, após processo de consulta pública, nos termos do artigo 7º do citado DL nº7/2005.

Com relação ao serviço de Circuitos alugados / Linhas alugadas foram considerados os seguintes mercados relevantes:

1.1 Mercados grossistas:

- Linhas alugadas inter-ilhas
- Linhas alugadas intra-ilhas
- Linhas alugadas internacionais

1.2 Mercados de retalho:

- Linhas alugadas às empresas

A CV Telecom foi considerada como operador com poder de mercado significativo, em todos os mercados relevantes acima referidos, e foi devidamente notificada de uma série de obrigações a que passava a estar sujeito.



De acordo com os artigos nº 63º a 71º do DL nº7/2005, em matéria de acesso ou interligação, as obrigações a impor aos operadores com PMS são:

- a) Transparência na publicação de informações, incluindo propostas de referência;
- b) Não discriminação na oferta de acesso e interligação;
- c) Separação de contas;
- d) Dar resposta aos pedidos razoáveis de acesso;
- e) Controlo de preços e de contabilização de custos.

Ainda e relativamente ao conjunto mínimo de circuitos alugados, a lei consagra que uma vez designado o OPMS no mercado retalhista relevante, a ANAC deve impor as obrigações de oferta, bem como as condições para essa oferta.

A definição das normas e especificações relativas ao conjunto mínimo de circuitos alugados compete a ANAC, que deve adotar as recomendações de organismos internacionais de normalização, sem prejuízo de especificações nacionais que se mostrarem mais eficazes, para os objetivos pretendidos.

Por força do contrato de concessão, a CVTelecom é obrigada a prestação dos serviços fundamentais de telecomunicações, incluindo a do serviço de circuitos alugados, devendo assegurar a oferta de circuitos alugados de acordo com os diversos tipos e características técnicas, para satisfação da procura.

Por se tratar da adopção de medidas consideradas com impacto no mercado, a ANAC elaborou e aprovou em reunião do Conselho de Administração de 24 de Setembro de 2012, o sentido provável de decisão, dando aos interessados a possibilidade de se pronunciarem, no prazo fixado para o efeito, antes da deliberação final sobre o assunto.

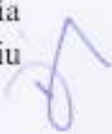

O projecto foi publicitado e enviado às seguintes entidades: CVTelecom, T+ Telecomunicações e CVMóvel.

No âmbito da audiência prévia e dentro do prazo estabelecido, apresentaram comentários a CVTelecom e a T+ Telecomunicações.

II. APRECIÇÃO E ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS RECEBIDOS

a) COMENTÁRIOS GERAIS

Previamente à apresentação da síntese das respostas às questões colocadas em audiência prévia, apresentam-se os comentários gerais de algumas entidades, cujo conteúdo incidiu sobre o tema.



A CVTelecom concorda com a ANAC em que os circuitos alugados são um instrumento fundamental para o desenvolvimento dos mercados de serviços de comunicações electrónicas e que constitui um factor de desenvolvimento das redes de transporte e de acesso em Cabo Verde e em qualquer outro país.

Segundo a CVTelecom qualquer deliberação sobre esta matéria deverá ser objeto de análise cuidada e devidamente fundamentada, não apenas do ponto de vista legal e regulamentar, mas também do ponto de vista das necessidades do próprio mercado.

A CVTelecom alega que o DL n.º7/2005 determina que a imposição de qualquer obrigação regulamentar só será válida se obedecer aos princípios da fundamentação, adequação, proporcionalidade, justificação, não discriminação, entre outros (cf. artigo 53.º, n.ºs 2 e 3).

Entendimento da ANAC

A ANAC entende que a decisão de deliberar sobre a matéria em causa – Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA) - prende-se com a necessidade de definir as regras de fornecimento de acesso aos serviços de Circuitos Alugados e que do ponto de vista das necessidades do próprio mercado atende a:

A CVTelecom é a Concessionária e gestora da rede pública das telecomunicações e, por se tratar de uma rede especial, pois, o DL n.º7/2005 a mantém na esfera do património do Estado, por força do Contrato de Concessão e do próprio DL n.º7/2005, é obrigada a disponibilizar no mercado uma Oferta de Referência.

A ANAC, no tocante a matéria em causa, ou seja, Imposição de Obrigações aos OPMS, seguiu escrupulosamente todos os passos estipulados no DL n.º7/2005.

Tendo concluído o processo de definição e análise de mercados relevantes, e identificadas as operadoras com PMS, passou para a última fase que é o processo de imposição de medidas adequadas e proporcionais, para corrigir problemas detetados nos mercados onde a concorrência é fraca e/ou inexistente.

A ORCA permitirá a implementação de uma política de preço mais justa e equilibrada, que favorece o crescimento dos novos operadores, bem como o desenvolvimento e a expansão desses serviços a nível nacional, e consequentemente impulsionará o desenvolvimento da concorrência no mercado das comunicações electrónicas.

É de realçar que a decisão da ANAC nesta matéria, trará benefícios consideráveis ao mercado e aos consumidores porque evita a proliferação de infraestruturas paralelas, o que contribui para impedir o aumento dos custos dos serviços das comunicações electrónicas.

As contantes reclamações dos operadores entrantes no mercado, os preços e a qualidade dos serviços actualmente praticados pela CVTelecom, demonstram ser necessária e urgente a intervenção da ANAC através da aprovação das condições da oferta dos serviços de circuitos



alugados com o objectivo de promover a concorrência, defender os interesses dos cidadãos e promover o investimento eficiente a luz dos objectivos consagrados no DL n.º 7/2005.

É inquestionável que a CVTelecom detém o monopólio de facto no negócio dos circuitos alugados em Cabo Verde.

Neste sentido, a decisão da ANAC em impor obrigações específicas à CVTelecom na qualidade de OPMS no mercado de Circuitos Alugados:

1. É adequada ao problema identificado, proporcional e justificada à luz dos objectivos básicos consagrados no artigo 5.º do referido diploma;
2. É objectivamente justificável em relação às redes, serviços ou infra-estruturas a que se refere;
3. Não origina uma discriminação indevida relativamente a qualquer entidade; e
4. É transparente em relação aos fins a que se destina.

Segundo a CVTelecom, a ANAC deve realizar uma análise deste serviço de forma prospectiva e não apenas histórica para atender na decisão final à evolução expectável do mercado (ou seja, à procura e à oferta) num horizonte temporal relevante, para evitar que a intervenção regulamentar seja justificada com o objectivo de resolver uma falha de mercado que se verifica apenas no curto-prazo.

Entendimento da ANAC

A ANAC partilha com a CVTelecom o reconhecimento da necessidade de uma análise prospectiva e não apenas histórica, e considera ter demonstrado esse entendimento aquando da análise de mercados e designação de OPMS.

Ficou demonstrado que a posição dominante e os riscos associados a abusos de posição dominante nesses mercados, não são de forma alguma transitórios, não existindo condições objetivas para que qualquer outro operador invista em infraestrutura própria, duplicando a rede de fibra óptica inter-ilhas e internacional gerida pela CV Telecom.

Neste contexto, a ANAC entende que através da definição de regras claras para o fornecimento e acesso aos serviços de circuitos alugados, está a ser salvaguardada, a diversificação da oferta e da procura, incentiva o aproveitamento de forma eficiente das infraestruturas existentes e geridas pela CVTelecom, reduz o custo de acesso com o aumento da procura, e vai ao encontro da preservação do ambiente.

Há que destacar que, a pedido dos Outros Prestadores de Serviços, nomeadamente, T+, TLC e NOSI, a ANAC já interferiu em várias ocasiões perante a CVTelecom para intermediar questões de acesso e interligação, especialmente em matéria de acesso aos circuitos alugados devido a relutância da concessionária e pretensão de obstaculizar a interligação com as redes dessas operadoras, manifestando constantemente a sua intenção de impor preços

excessivamente elevados, em comparação aos praticados noutras regiões próximas a Cabo Verde (cita-se Canárias, Madeira e Açores), e atrasos no atendimento dos pedidos, o que configura reais entraves à concorrência.

A oferta de referência é um instrumento transparente e não discriminatório onde se definirá as condições gerais e específicas para o aluguer dos circuitos, e não pode ter como objetivo resolver uma falha de mercado que se verifica apenas no curto-prazo.

No entendimento da CVTelecom, a ANAC deve justificar devidamente algumas das suas decisões e questiona se foi realizada uma avaliação de mercado para perceber se as medidas que pretende implementar vão ou não ser usadas pelos concorrentes da CVTelecom.

Para a CVTelecom qualquer medida regulatória apresenta tipicamente custos elevados para o operador visado, pelo que é essencial que qualquer medida só seja imposta se for apta para resolver um problema efectivo de concorrência e se for expectável o recurso à mesma pelos operadores alternativos.

Entendimento da ANAC

A resposta à questão levantada pela CVTelecom, se a Oferta de Referência para os Circuitos Alugados, a implementar, vai ser ou não usada pelos concorrentes, parece óbvia.

A ORCA acaba por ser um imperativo para a contratação dos serviços e é uma demanda dos próprios operadores do mercado, para poderem desenvolver a sua rede de comunicações e conseguir uma melhor penetração no mercado de telefonia móvel e internet banda larga.

Esta Autoridade Reguladora tem recebido constantes reclamações dos OPS sobre as condições praticadas pela CVTelecom, e o próprio Estado de Cabo Verde vê comprometida a sua estratégia nacional de banda larga se a concessionária não alterar significativamente a sua postura no mercado dos circuitos alugados e colaborar no acesso às infraestruturas de fibra óptica nacional e internacional.

No entendimento da CVTelecom, a afirmação de que os preços dos circuitos alugados continuam excessivamente elevados não surge minimamente consubstanciada e que a comparação com mercados da União Europeia - que estão numa fase diferente a vários níveis, da de Cabo Verde - sem qualquer outro tipo de justificação, não pode ser aceite.

Alega que, tratando-se de diferenças sociais e económicas e de estruturas de mercados, resulta um risco significativo de comparar o incomparável e de tomar decisões com base em pressupostos errados.



Entendimento da ANAC

Nos países onde vigoram os princípios da livre e sã concorrência, são adotadas medidas para a redução de custos e tarifas, combater a info-exclusão e tornar os serviços básicos de telecomunicações mais acessíveis aos utilizadores.

A ANAC vem seguindo as boas práticas internacionais nesta matéria, nomeadamente da União Europeia, com responsabilidade e seriedade. Não é admissível a observação da CVTelecom querendo insinuar o contrário.

A empresa deturpa propositadamente a afirmação da ANAC sobre preços e o método do benchmark, pretendendo que se tratou de “comparações de forma linear”.

É consternador perceber que a CVTelecom rejeita as análises feitas a nível do mercado europeu. Na sua lógica análises comparativas de indicadores da Alemanha com Portugal ou com o Luxemburgo não é aceitável, porque têm população e rendimento per capita muito diferentes.

De acordo com publicações da União Internacional de Telecomunicações, em termos de preço dos serviços, Cabo Verde está longe de atingir a meta estabelecida e aproximar dos países comparáveis em termos de desenvolvimento e rendimentos.

O facto de a CVTelecom afirmar em várias ocasiões que a infraestrutura de rede em fibra óptica inter-ilha e intra-ilha, assim como a conexão a nível internacional ser muito desenvolvida e que se compara com as redes existentes nos países desenvolvidos, justifica almejar que os cidadãos e os demais players que consomem os serviços de telecomunicações em Cabo Verde tenham acesso a prestações de serviços com qualidade e a preços acessíveis, o que não é compatível com a atual política comercial de maximização do lucro seguido pela empresa.

Os resultados globais da CVTelecom, justificam plenamente a intervenção regulatória nos preços.

E não vale a pena afirmar agora que a ANAC é contra o lucro e os investidores.

A empresa tem responsabilidades sociais e sabe certamente qual é a questão essencial.

A ANAC tem envidado esforços para conseguir informação do sistema de contabilidade analítica que permite introduzir rigor no cálculo das tarifas e a orientação aos custos, o que nem sempre tem sido consentido pela operadora, em constantes manobras dilatórias.



Não é sequer honesto da parte da Administração da CVTelecom continuar a insistir na argumentação à volta do Modelo de custeio, com utilização falaciosa de argumentos da ANAC.

Foi a própria empresa a reconhecer, aquando da fixação do tarifário dos circuitos alugados, que o Modelo não era apropriado.

O benchmark internacional é seguramente uma alternativa consagrada para casos semelhantes.

A CVTelecom alega que já foram concluídos os trabalhos de revisão do modelo de custeio, pelo que deixou de haver justificação para manter a deliberação nº 06/CA/ANAC/2009, até porque já estão disponíveis ferramentas que permitem definir preços com base em informação confiável e credível e consequentemente mais adequada do que o *benchmark*.

Adicionalmente, entende que deverá existir rebalanceamento global no sentido de melhor promover a competitividade dos circuitos internacionais.

Entendimento da ANAC

Precisamente a ANAC aguarda por parte da CVTelecom a apresentação de proposta tarifária fundamentada e suportada em informação contabilística, o que deverá ser feita com a oferta de referência para os circuitos alugados.

O modelo de custeio utilizado pela CVTelecom e aprovado pela ANAC é o sistema baseado na técnica Activity Based Costing (ABC), e a teoria subjacente é que os serviços e produtos são compostos por diversas actividades e que estas consomem recursos, gerando custos, que são identificados e atribuídos pelas diversas actividades que o compõem, utilizando o critério de causa-efeito.

Sem prejuízo da aprovação dessa metodologia, (custos totalmente distribuídos), deve-se ter em conta critérios de eficiência económica na defesa do interesse dos utilizadores dos serviços e da economia em geral.

É neste âmbito que a ANAC realiza auditorias a fim de introduzir melhorias ao sistema de custeio utilizado pela operadora, para ir de encontro dos objetivos de regulação.

A ANAC continuará identificando e explicitando aspectos e matérias que carecem de alteração, propondo fundamentalmente evoluções ao Sistema de Contabilidade Analítica (SCA), através de determinações e recomendações que garantem uma resposta cabal aos objetivos regulatórios.

O Regulador decidirá, em momento oportuno, a alteração e ou introdução de um novo modelo de custeio baseado em custos incrementais de longo prazo.

Alega ainda a CVTelecom que estaria na disposição de efetuar ofertas comerciais para clientes de alto débito com preços subsidiados através de compensação ao nível dos preços dos circuitos nacionais.

Entendimento da ANAC

A ANAC não vê como apropriado e justificado uma política de subsidiação de preços entre o Nacional e o Internacional, que poderá afetar negativamente todo o mercado nacional das comunicações eletrónicas.

Entretanto, e como tem sido hábito, a ANAC estará aberta a discutir políticas de preços e tarifas que favoreçam a competitividade e incentivem investimentos, através de uma remuneração razoável.

A CVTelecom traz à discussão o Contrato de Concessão celebrado com o Estado de Cabo Verde, reivindicando uma vez mais uma compensação financeira pelo fim do exclusivo na exploração das telecomunicações em Cabo Verde e desafia a Reguladora a tratar da questão do "encargo excessivo" com o serviço universal.

Entendimento da ANAC

A regulação do sector não pode ficar refém de qualquer negócio entre o Governo e a CV Telecom. Entretanto, quanto a eventual compensação com a perda do exclusivo, a posição da ANAC tem sido clara desde o primeiro momento das negociações. O valor apurado deve ser muito próximo do zero. Dito de outra forma, não deverá haver lugar a qualquer compensação financeira. A liberalização do mercado trouxe ganhos consideráveis à Empresa, que anulam qualquer perda resultante do fim do monopólio.

Quanto ao Serviço Universal a ANAC tomou boa nota e estima avançar com uma proposta legislativa e regulamentar até finais de 2013.

Contribuições da T+Telecomunicações:

A empresa T+ Telecomunicações, concorda com a fundamentação apresentada no Sentido Provável de Decisão, e diz que é urgente e imperativo a existência de uma oferta de referência



de circuito alugados – ORCA, por parte da Cabo Verde Telecom, por esta ser a única empresa no país a fornecer tal serviço.

Alega ser um dos maiores utilizadores dos circuitos alugados da CVTelecom a nível nacional com 15 circuitos de capacidade inferior a 2Mbps e 32 circuitos de 2 Mbps, suportando custos mensais que considera um absurdo, tendo em conta o número de clientes e a dimensão de mercado.

Disse ainda que esses custos são inevitáveis para poder garantir serviços de voz e dados de forma contínua, ininterrupta e com boa qualidade de serviço aos seus clientes em todas as ilhas, considerando lesada pela falta da ORCA da CVTelecom e com constrangimentos que têm afetado negativamente a qualidade dos seus serviços, devido a frequentes interrupções sem aviso prévio por parte de CVTelecom, atrasos no cumprimento de prazos de instalação, indisponibilidade de interface alternativo para circuito de débitos acima de 2Mbps, ausência de SLA e de compensações / penalizações em caso incumprimento.

Segundo a T+ Telecomunicações, a Oferta de Referência de Circuitos Alugados da CVTelecom poderia ser feita nos moldes da ORCA da Portugal Telecom.

Alega ainda a T+ Telecomunicações que o documento acima referenciado apresenta uma estrutura bem elaborada, com definições claras de todos os serviços disponibilizados, características, condições e funcionalidades dos serviços, especificações técnicas, parâmetros de QoS, penalizações e compensações por incumprimentos, e procedimentos de fornecimento, operação, manutenção e gestão e facturação e preços.

Considera que o acesso ao cabo submarino internacional deve ser garantido, de forma indiscriminada às demais empresas de comunicações, mesmo que seja através de circuitos alugados da CVTelecom, e que este acesso seja transparente e não discriminatório.

Entendimento da ANAC

Relativamente a questão levantada da infraestrutura existente de fibra óptica internacional, trata-se de um mercado que faz parte dos mercados relevantes das comunicações electrónicas em Cabo Verde - Fornecimento de acesso as infraestruturas internacionais-, na qual a CVTelecom é considerada como operador com poder de mercado significativo, conforme consta das Deliberações nº 5/CA/2010 de 23 de Dezembro e Deliberação nº1 de 2 de Fevereiro.

Essa matéria está a ser analisada pela ANAC que deverá impor brevemente obrigações ao Operador com PMS e fazer aprovar um Regulamento sobre as condições de acesso a Estação de Cabos Submarinos (WACS)

b) COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS

1) O serviço de circuitos alugados

A CVTelecom diz que, sobre a parte II do Projecto de Decisão da ANAC, não tem comentários de fundo a fazer, mas considera imperioso que a ANAC não desconsidere as especificidades de Cabo Verde na transposição e harmonização das diretivas e recomendações da Comissão Europeia.

2) *A regulação do serviço retalhista de circuitos alugados*

A CVTelecom diz que a ANAC nunca definiu com rigor o que se devia entender por “mercado de retalho das linhas alugadas” e que na Deliberação n.º 05/CA/2010, de 23 de Dezembro, esta matéria não foi aprofundada, tendo-se limitado a fazer uma análise de substituíbilidade genérica e, por isso, insuficiente para caracterizar adequadamente o mercado circuitos alugados, em especial ao nível do produto.

Salienta a CVTelecom que neste Projecto de Decisão a ANAC refere que o mercado retalhista relevante coincide com o conjunto mínimo de circuitos alugados previsto no artigo 79.º do DL 7/2005, mas, continua sem realizar uma adequada análise de substituíbilidade entre, por exemplo, circuitos analógicos vs. circuitos digitais e não atesta devidamente a segmentação dos circuitos consoante a capacidade ou consoante o tipo de clientes.

Entende a CVTelecom que, estando a ANAC a concretizar agora os termos da análise de mercado, definindo o conjunto mínimo de circuitos alugados, essa matéria deveria ser objeto do procedimento de consulta pública.

A CVTelecom conclui que não tem objeções de fundo à posição preliminar da ANAC de que o conjunto mínimo de circuitos alugados a oferecer ao abrigo do artigo 79.º e segs. do DL 7/2005 só deve abranger os circuitos, analógicos e digitais, até 2 Mbps.

Entendimento da ANAC

A ANAC em próximos estudos a serem levados a cabo em 2014, aprofundará a matéria levantada pela CVTelecom no que tange a caracterização do mercado de circuitos alugados.

Não obstante, é entendimento da ANAC que, sendo a concessionária a única operadora detentora de uma rede a nível nacional que permita oferecer os serviços de circuitos alugados às empresas, com as características e qualidade de serviço exigidos, é urgente que a CVTelecom apresente uma oferta para responder as necessidades dos utilizadores, conforme as conclusões do estudo de análise de mercado anteriormente levado a cabo.

O artigo 7º do Decreto Legislativo (Procedimento geral de consulta) não define “impacto significativo no mercado relevante”. Por outro lado ao longo do DL n.º 7/2005 são identificados algumas medidas ou regulamentos que devem ser obrigatoriamente objeto de consulta pública, como são os casos das Regras da portabilidade dos números e dos Parâmetros da qualidade de serviço.

Entendemos que cabe a ANAC decidir, salvo nos casos não previstos na lei, se a medida tem verdadeiramente impacto significativo, a ponto de justificar o procedimento de consulta pública. Mais, o artigo 79º do DL n.º 7/2005 diz: “Compete a ARN impor as obrigações de oferta do conjunto mínimo de circuitos alugados...”.

Por se tratar de uma matéria consensual, aceite pela própria CVTelecom e que vai ao encontro das boas práticas internacionais (cf. recomendação da CE sobre mercados relevantes de 2003) a ANAC não vê necessidade de colocar essa questão em consulta pública.

Segundo a CVTelecom a obrigação que a ANAC pretende impor de apresentação de uma oferta de referência que abrange o mercado retalhista, vai para além das exigências legais, (Artigo 80º do Decreto legislativo nº 7/2005), pois no seu entendimento o que está em causa é apenas o princípio da transparência (entende-se a divulgação de informações).

Entendimento da ANAC

Trata-se de uma interpretação errónea por parte da CVTelecom.

O que está em causa não é apenas a transparência, mas também os princípios da não discriminação e da orientação dos preços para os custos, como consta do artigo 80º do DL.

A divulgação das informações sobre o conjunto mínimo de circuitos alugados, discriminados nos pontos 4. e 5. do mesmo artigo 80º, configura claramente uma oferta de referência a ser apreciada e aprovada pelo órgão regulador.

Entretanto, admite-se que as duas ofertas sejam apresentadas em documento separado.

3) A regulação dos mercados grossistas de circuitos alugados

Alega a CVTelecom que em relação aos mercados grossistas dos circuitos alugados, na Deliberação n.º 05/CA/2010, a ANAC não se pronunciou em relação ao produto “circuito alugado” para o mercado grossista. Também diz que não existe neste Projecto de Decisão uma caracterização mais pormenorizada do que deve ser entendido pelo “produto” nestes



mercados. Assim, para haver maior certeza regulatória, seria importante que a ANAC se pronunciasse em relação a este tema, o que, à semelhança do que sucede com o mercado de retalho, deveria ser submetido ao procedimento de consulta pública do artigo 7.º do DL 7/2005.

Entendimento da ANAC

A ANAC considera que a caracterização do serviço de circuitos alugados constante do Projeto de decisão, a definição constante do contrato de concessão e a identificação dos clientes entre retalhistas e grossistas é suficiente e bastante para que a CV Telecom não tenha dúvidas e possa elaborar a sua proposta com sentido de equilíbrio.

Superiores interesses nacionais exigem que se avance, sem mais perda de tempo com consulta pública sobre essa matéria, até porque no entender da CV Telecom a parte mais importante é a questão relativa aos preços.

Relativamente aos preços, diz a CV Telecom que a regra “retail minus” tem como objectivo orientar os preços dos serviços grossistas aos respectivos custos, sendo os preços dos serviços retalhistas definidos com base na aplicação de uma margem sobre os anteriores.

Com esse entendimento chega a considerar que a regulação de preços com base em mecanismos de “retail minus”, é a mais adequada para Cabo Verde.

Contudo acrescenta que não há justificação para o diferencial na ordem de 20 a 25% referido na proposta da ANAC e exige fundamentação plena e justificação por parte do Regulador.

Segundo a CVTelecom, durante o processo de intervenção no preço de circuitos alugados que culminou com a Deliberação n.º 06/CA/ANAC/2009, teve oportunidade de apresentar e justificar um diferencial de 15% entre os preços dos circuitos alugados grossistas e os preços dos correspondentes circuitos no retalho. Esta diferença permitiria a um operador eficiente comprar os circuitos à CVT no grosso e revendê-los no retalho, cobrindo os seus custos comerciais e remunerando os seus investimentos.

Entendimento da ANAC

A ANAC não partilha do entendimento da CV Telecom quanto a aplicação da regra de retalho menos, ou seja “os preços dos serviços retalhistas definidos com base na aplicação de uma margem sobre os preços grossistas.

A acreditar que a Empresa está em condições de apresentar os custos dos diversos circuitos alugados constantes da sua carteira de negócios, até ao nível do retalho, então deve-se partir dos preços de retalho para se chegar ao preço grossista e não ao contrário.

As percentagens avançadas pela ANAC têm como referência práticas de outros mercados, onde chega a atingir os 30%.

Não corresponde a verdade a afirmação de que em 2009 a CVTelecom tenha justificado um diferencial de 15% entre os dois preços, embora a ANAC tenha aceite essa percentagem para fazer avançar a Deliberação nº06/CA/ANAC / 2009.

Volvidos alguns anos é perfeitamente aceitável que se queira discutir a matéria e para tal damos o benefício a CV Telecom para justificar cabalmente a sua proposta no âmbito da Oferta de referência a ser submetido ao Regulador oportunamente.

Comentários específicos da T+Telecomunicações:

Segundo a T+Telecomunicações, comparativamente a Portugal, os preços praticados em Cabo Verde são sete vezes superiores.

A T+ considera pertinente que fosse considerada, na oferta de referência, a possibilidade de aluguer de Fibra (*Dark Fiber*) ou de pares de cobre, sem equipamentos terminais, como serviços opcionais de circuito alugado, ficando sob responsabilidade dos clientes a instalação dos equipamentos terminais.

Entendimento da ANAC

De facto os preços dos circuitos alugados praticados pela CVTelecom são muito superiores aos constantes da ORCA da PT, e Portugal em muitos casos está muito acima da média europeia.

Relativamente ao aluguer de Fibra (*Dark Fiber*) ou de pares de cobre, sem equipamentos terminais, como serviços opcionais de circuito alugado e a possibilidade da instalação desses equipamentos ficarem sob a responsabilidade dos clientes trata-se de uma matéria a ser inscrita na agenda regulatória e devidamente analisada.



A T+ diz que deve ser incluída nesta ORCA a criação de serviço de circuitos alugados para acesso a Cabos Submarinos (backhaul), como é prática em outros Países, possibilitando assim que empresas de comunicações em Cabo Verde possam ter acesso internacional por cabo submarino e poder comprar internet grossista no mercado internacional directamente, face à indisponibilidade de internet grossista no mercado nacional.

Entendimento da ANAC

Relativamente à autorização de acesso ao Backhaul a outros operadores, é uma possibilidade, e estão em andamento estudos no sentido de posteriormente poder vir a adoptar uma decisão justa e benéfica para todos os operadores das comunicações electrónicas.

Entretanto será solicitada uma Oferta grossista de Internet.

4) Prazo para apresentação da oferta de referência de circuitos alugados

A CVTelecom considera que o prazo para apresentação da ORCA não deverá, em circunstância alguma, ser inferior a **60 dias úteis** a contar a data da notificação da decisão final da ANAC, em vez dos 30 dias constantes do Projecto de Decisão.

Entendimento da ANAC

No tocante ao prazo, a ANAC estima que 30 dias úteis é tempo suficiente para que a CVTelecom possa apresentar a proposta de ORCA, sobretudo atendendo que se trata de matéria sobejamente conhecida e que remonta a Fevereiro de 2011 altura em que foi declarada a CVTelecom como Operador com poder de mercado significativo.

Por outro lado considerando o tempo entretanto decorrido entre a audiência prévia e a deliberação final, é razoável e justificado manter o prazo de 30 dias úteis, inicialmente proposto.

5) Circuitos Ethernet

Segundo a CV Telecom o Projeto de Decisão não espelha qualquer tipo de detalhe adicional sobre as características da oferta de circuitos Ethernet pelo que, a CVTelecom não está munida de todas as evidências para poder fazer um comentário mais assertivo relativamente à mesma.

Entendimento da ANAC



A Ethernet trará vantagens competitivas aos OPS, por via de acesso a tecnologia que os permite escoar tráfego a um menor custo e soluções de interligação baseadas na nova rede.

Neste contexto a ANAC deixou patente no Sentido de Decisão, que a CVTelecom deve apresentar uma oferta Ethernet, nos moldes e práticas internacionalmente aceites e adaptado a realidade do país, em conformidade com a estrutura da rede existente, por forma a responder as necessidades do mercado como alternativa aos circuitos tradicionais.

Em resumo a CV Telecom reúne as condições apropriadas para colocar à disposição do mercado, uma oferta de circuitos Ethernet.

